

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - PIBIC

**ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO
DE CURSO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DO ICSEZ/UFAM.**

Bolsista: Caio César Campos da Costa, UFAM

PARINTINS/AM

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - PIBIC

RELATÓRIO FINAL

PIB-SA/0048/2019

**ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO
DE CURSO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DO ICSEZ/UFAM.**

Bolsista: Caio César Campos da Costa, UFAM

Orientadora: Prof.^a Msc.^a Jocélia Felícia Andreola

PARINTINS/AM

2020

1. RESUMO

Este estudo tem como objetivo traçar o perfil epistemológico do curso de administração do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas Campus Parintins, a partir de uma análise dos trabalhos de conclusão de curso produzidos entre os anos de 2011 e 2018, identificando, quantificando e catalogando os trabalhos já elaborados pelos alunos formados em conformidade com as grandes áreas em que se encaixam, considerando o Projeto Pedagógico do Curso e listando os mesmos de acordo com as grandes áreas em que se encaixam na administração, em harmonia com a divisão/classificação do Conselho Federal de Administração.

Uma pesquisa descritiva e exploratória foi utilizada para identificar e descrever as características do objeto de estudo - os TCC's do curso de administração; captar, registrar e levantar os dados de que se tem a necessidade e não estão disponíveis. Quanto aos dados, estão em estado bruto, prontos para serem transformados em gráficos e em tabelas, e, conseqüentemente, em perfis e tendências. No que diz respeito aos procedimentos para a coleta dos dados, esse trabalho conta, com uma pesquisa documental seguida de uma pesquisa bibliográfica.

Foram catalogados ao todo 152 trabalhos de conclusão de curso do curso de administração do ICSEZ/UFAM e os resultados da pesquisa mostram que, na esfera de classificação conforme os eixos propostos no Projeto Pedagógico do Curso, o eixo de conteúdos mais escolhido para abordagem em seus TCC's é o eixo de conteúdos de formação profissional, com 86,84% do total, o qual abrange subáreas como teoria geral da administração, administração financeira, administração ambiental, processos organizacionais, administração de recursos humanos, administração da produção, administração mercadológica, administração pública, logística e gestão de materiais, gestão organizacional e empreendedorismo. Na sequência, tem-se os trabalhos nominados como "não classificados", que correspondem a 7,89% do total de trabalhos analisados, justificados pelo fato de não se encaixarem em nenhuma das classificações propostas pelo Projeto Pedagógico do Curso.

No que se refere à classificação de acordo com as áreas propostas pelo Conselho Federal de Administração, pode-se constatar que grande parte dos trabalhos (57,24%) não se encaixou em nenhuma delas. Destaque também para a

área de “administração e seleção de pessoal/recursos humanos”, com 10,53%, a área de “administração de material/logística”, com 9,21% e a área de “administração mercadológica/marketing” com 8,55%.

Ao final, pode-se concluir que os resultados obtidos com esta pesquisa demonstram que os trabalhos de conclusão de curso analisados detêm concentração em áreas nas quais os discentes têm maior desenvoltura dentro do seu processo de formação na universidade, focalizando em ações que impulsionem o processo de concretização das suas reais potencialidades durante a formação acadêmica superior.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Traçar o perfil epistemológico do curso de administração do ICSEZ/UFAM, a partir da análise dos trabalhos de conclusão de curso produzidos entre os anos de 2011 e 2018.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Identificar e quantificar os trabalhos já elaborados pelos alunos formados.
- b) Catalogar os trabalhos de conclusão do curso em conformidade com as grandes áreas em que se encaixam, considerando o Projeto Pedagógico do Curso: Formação básica; Formação profissional; Estudos quantitativos e suas tecnologias; Formação complementar obrigatória.
- c) Listar as áreas nas quais a administração pode ser dividida e quantificar quantos TCC's há em cada uma dessas áreas.

3. METODOLOGIA

Para atender aos objetivos propostos, esta pesquisa está classificada como descritiva e exploratória, já que, respectivamente, busca identificar e descrever as características do objeto de estudo – os TCC's do curso de administração; captar, registrar e levantar os dados de que se tem a necessidade e não estão disponíveis.

A pesquisa exploratória é quando a pesquisa se encontra na fase preliminar, tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto. Assume, em geral, as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso (PRODANOV E FREITAS, 2013, p. 51-52).

Quanto aos dados, encontram-se em estado bruto, prontos para serem transformados em gráficos e em tabelas, e, conseqüentemente, em perfis e tendências. No que diz respeito aos procedimentos para a coleta dos dados, esse trabalho conta, com uma pesquisa bibliográfica para identificar autores e trabalhos que tratam e/ou trataram a questão dos TCC's em administração no Brasil que segundo Gil (2017) é realizada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como o material disponibilizado pela internet. Portanto, utilizar-se-á a pesquisa bibliográfica e documental.

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica é o fato de permitir ao pesquisador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia alcançar diretamente. Essa vantagem tem, no entanto, uma contrapartida que pode comprometer em muito a qualidade da pesquisa. Pode ocorrer que os dados disponibilizados em fontes escritas tenham sido coletados ou processados de forma inadequada. Assim, um trabalho fundamentado nessas fontes tenderá a reproduzir ou mesmo a ampliar esses erros. Para reduzir essa possibilidade, convém aos pesquisadores assegurarem-se das condições em que os dados foram obtidos, analisar em profundidade cada informação para descobrir possíveis incoerências ou contradições e utilizar fontes diversas, cotejando-as cuidadosamente (GIL, 2017, p. 45).

Paralelamente a leitura dessas obras, foi realizada uma pesquisa documental, que é um levantamento do material objeto do estudo, ou seja, os mais de 150 (cento e cinquenta) TCC's. No que se refere à pesquisa documental, Marconi; Lakatos (2017) dizem que “a principal característica da pesquisa documental é tomar como fonte de coleta de dados apenas documentos, escritos ou não, que constituem o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ter sido feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois. Os documentos podem ser classificados utilizando três variáveis: fontes escritas ou não; fontes primárias ou secundárias; contemporâneas ou retrospectivas”.

A modalidade mais comum de documento é a constituída por um texto escrito em papel, mas estão se tornando cada vez mais frequentes os documentos eletrônicos, disponíveis sob os mais diversos formatos. O conceito de documento, por

sua vez, é bastante amplo, já que este pode ser constituído por qualquer objeto capaz de comprovar algum fato ou acontecimento (GIL, 2017).

Entre os mais utilizados nas pesquisas estão: arquivos públicos, municipais, estaduais e nacionais; documentos oficiais: anuários, editoriais, ordens régias, leis, atas, relatórios, ofícios, correspondências, panfletos; documentos jurídicos: testamentos post mortem, inventários e todos os materiais oriundos de cartórios; coleções particulares: ofícios, correspondências, autobiografias, memórias; iconografia: imagens, quadros, monumentos, fotografias; materiais cartográficos: mapas, plantas; arquivos particulares (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 112).

Para analisar os dados resultantes da tabulação, emprega-se a análise de conteúdo que, segundo Bardin (2011), designa um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Afim de tornar a análise mais clara e objetiva, utiliza-se de metodologia quantitativa com a finalidade de elencar quantos títulos há em cada uma das áreas de classificação, já que segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 69) “a pesquisa quantitativa considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las”. Ao mesmo tempo, para verificar se esses TCC’s estão se encaixando nas áreas propostas utiliza-se a pesquisa qualitativa, que interpreta os fenômenos e atribui significados básicas no processo de pesquisa (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 70). Dessa forma, como salientam Dellagnelo e Silva (2005), a análise de conteúdo vem se mostrando como uma das técnicas de análise de dados mais utilizada no campo da administração no Brasil, especialmente nas pesquisas qualitativas.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 EPISTEMOLOGIA

A epistemologia, ou teoria da ciência, é um dos campos de estudo da filosofia que discute problemas relacionados à crença e ao conhecimento (SANTOS E REDYSON, 2008). De acordo com Japiassu e Marcondes (2001), a epistemologia compreende a área de estudos da filosofia entendida como “teoria do conhecimento”, por tratar da natureza, estrutura, origem e validade do conhecimento, designando-se

como teoria geral do conhecimento (de natureza filosófica), seja em estudos mais restritos concernentes à gênese e à estruturação das ciências ou ainda como sinônimo de teoria do conhecimento (ou gnosiologia).

Para tanto, a epistemologia pesquisa a origem, a estrutura, os procedimentos e a autenticidade do conhecimento, o qual está atrelado à lógica e ao empirismo. Na concepção de Santos (2012) a ideação de epistemologia refere-se a um conhecimento específico, diferenciando-se da teoria da filosofia que nos primórdios, ocupava-se de todos os aspectos do comportamento humano, sem distinção entre ciência, teologia e psicologia. Assim, nas palavras de Giddens (2005), ciência é o emprego de métodos sistemáticos de investigação empírica, de análise de dados do pensamento teórico e da avaliação lógica dos argumentos com o fito de ampliar um corpo de conhecimento a respeito de determinado tema.

A ciência social, grande área dessa pesquisa, surgiu na Europa do século IX, porém foi no século XX, em decorrência das obras de Karl Marx, Emile Durkheim e Max Weber que se desenvolveu. Existem várias correntes sobre as ciências sociais, uma delas seria o conjunto de disciplinas que tentam de forma objetiva estudar os sistemas sociais econômicos, as interações de grupos ou indivíduos diferentes com o objetivo de possível verificação (SANTOS E REDYSON, 2008, p. 1).

Para Japiassu (1991), a tarefa específica da epistemologia é estudar cada disciplina de modo detalhado, mostrando a sua organização, o seu funcionamento e as possíveis relações que ela mantém com as demais disciplinas. Um aspecto digno de destaque diz respeito à autoria dos estudos incluídos na epistemologia específica: em sua grande maioria, eles são produzidos pelos próprios cientistas pertencentes às disciplinas e não por epistemólogos com formação em filosofia (BERTHELOT, 2001; JAPIASSU, 1991).

Um dos maiores desafios para os graduandos é o que trata da metodologia de pesquisa nas ciências sociais, pois, ao expor as problemáticas inerentes à pesquisa nas salas de aulas das universidades, principalmente nos primeiros e segundos períodos, se deparam com a aversão e muita dificuldade de leitura e conseqüentemente, com o desenvolvimento da pesquisa (GIL, 2002). Todavia, nas últimas décadas os órgãos responsáveis pela avaliação dos cursos de graduação passaram a requerer com mais robustez a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que é o tripé fundamental do ensino superior, não só para a aprovação do

funcionamento desses cursos, mas para a própria manutenção e o progresso da universidade.

Severino (2011), além de entender a epistemologia como uma área da filosofia dedicada a análise dos processos do conhecimento humano, destaca que também é fundamental saber como esse conhecimento humano se manifesta e até onde vai seu alcance e valor, do ponto de vista de sua veracidade e formas de manifestação.

Neste estudo, a pesquisa científica está inserida no processo de conclusão do curso de graduação e, inevitavelmente, na instituição de ensino. O trabalho de conclusão de curso envolve a pesquisa e o seu produto é o trabalho de conclusão de curso, também nominado como monografia.

Nas últimas décadas, pode-se notar uma multiplicação no número de estudos no campo da administração, atingindo os mais diversos temas. De acordo com Serva (2013) tais temas compõem um largo inventário de abordagens, discussões, debates e sistematizações próprios da epistemologia, campo do saber que elabora um discurso crítico sobre as ciências. Assim, pode-se constatar, de fato, a construção gradual de uma epistemologia específica da administração, mesmo que no Brasil ela ainda não tenha a mesma exposição que em determinados países.

Estudos epistemológicos se apresentam como um caminho bastante significativo e eficaz para investigação sobre análise de produção do conhecimento; as análises epistemológicas residem na constituição de um campo de conhecimento entre as práticas científicas e reflexão filosófica, com significados de teoria da ciência, meta ciência ou filosofia da ciência (GAMBOA, 2009).

Dentro desse campo de estudos epistemológicos, o campo da administração é representado, segundo Serva (2013) como uma espécie de engenharia social, os métodos de estudo são a observação e a codificação. Os efeitos desejados são a legitimação e a permanência da nova profissão; ii) “Cientificação” das práticas: a partir de 1940, marcada por um fundamento neopositivista, cujo objeto são as regras de validação científica do conhecimento. O método é centrado na análise formal (quantitativa) e a representação do campo é de uma ciência unitária. Seus efeitos são especialização crescente da administração em áreas e a institucionalização delas; iii) Revelação da diversidade das práticas: inicia-se em 1970 e tem como fundamento um pluralismo metodológico na administração. Os métodos são tanto conceituais como

empíricos e a representação do campo é de uma ciência polimorfa. Alguns dos efeitos principais são a fragmentação do saber e a politização definitiva do campo; iv) Derivação conceitual: inaugura-se nos anos 80 e é marcada por um esforço construtivista na produção do conhecimento. Assim, tem por objetos a cognição e a organização. Os métodos são tanto conceituais como empíricos. Assim, é possível observar o surgimento de uma epistemologia específica da administração, ensejando um grande debate paradigmático no campo e, em menor grau, o aparecimento de epistemologias de subáreas da administração.

4.2 EPISTEMOLOGIA DA ADMINISTRAÇÃO

A epistemologia é como um saber interdisciplinar, uma vez que busca estudar a produção do conhecimento científico tanto do ponto de vista lógico, linguístico, sociológico, ideológico, antropológico.

A palavra epistemologia é composta de dois termos gregos (episteme, que significa ciência, e logia, que significa conhecimento) e pode ser considerada como a ciência que estuda a ciência, ou seja, que estuda como o conhecimento é construído (CHAUI, 2002). É um ramo da filosofia que segundo Brabo (2007) estuda os princípios, as hipóteses das ciências, determinando sua origem lógica, seu valor e sua objetividade.

Os fundamentos e a construção dos conhecimentos científicos em administração iniciam-se no final dos anos de 1970 e começo dos anos de 1980. Num período entre os anos de 1979 e 1981, aconteceu o lançamento de três livros que deram partida para epistemologia da ciência administrativa.

O primeiro sinal da reflexão de natureza epistemológica sobre a ciência administrativa que obteve uma razoável difusão nos meios acadêmicos veio com a publicação do livro “Sociological Paradigms and Organizational Analysis”, escrito por Gibson Burrell e Gareth Morgan em 1979 (SERVA, 2013). A publicação desse livro inaugurou uma série de trabalhos sobre os paradigmas na análise organizacional, resultando na formação de um tema de estudo abordado com razoável frequência por autores interessados no debate paradigmático.

Desde esse início, o aumento de estudos de natureza epistemológica voltados para o campo da administração revelou um provável começo de amadurecimento desse campo enquanto conhecimento científico. A atitude reflexiva dos pesquisadores em administração seguiu, assim, o mesmo movimento que há algum tempo foi avançado tanto nas demais ciências sociais quanto na ciência como um todo. Esse tipo de movimento pode permitir ao pesquisador compreender um conjunto de suposições, os quais sua pesquisa se apóia, como também prever as implicações de suas escolhas, promovendo uma reflexão sobre sua própria pesquisa.

O desenvolvimento da epistemologia da administração tem se dado em várias direções: analisa a produção geral do conhecimento no campo e enfatizar também em áreas específicas como: finanças, marketing, estratégia, empreendedorismo, etc., enfatizando questões de método, de validade do que é produzido e das condições sociais dos processos dessa produção. Tal expansão do questionamento sistematizado pelos próprios atores da administração abre espaço para um maior diálogo entre os produtores de conhecimento, incluindo os gestores profissionais. Neste sentido, a epistemologia pode favorecer a tão desejada aproximação entre teoria e prática, entre pesquisadores e praticantes, numa ciência social aplicada. Quem sabe o desenvolvimento da epistemologia específica possa reduzir a tão discutida distância de interesses, de instrumentos e de procedimentos entre os pesquisadores, professores, consultores e gestores profissionais (SERVA, 2013, p. 61).

Ao estudo da administração e seu espaço aprofunda o conhecimento da teoria administrativa em si e facilita o debate a respeito de suas ligações com outras ciências, numa época em que muito se fala em interdisciplinaridade. Outro resultado essencial da epistemologia pode ser o aumento da nossa capacidade, enquanto discentes, docentes e pesquisadores, de compreender através de uma visão de conjunto dos fenômenos e da prática organizacional.

Administração é considerada por alguns como um ramo da ciência que não possui métodos e técnicas de investigação exclusiva, a administração utiliza-se de técnicas e metodologias de outras ciências (BUNGE, 1980). As pesquisas em administração têm o objetivo de conferir às suas descobertas uma pretensa objetividade e universalidade, porém, é diferente de outras áreas das ciências como matemática ou biologia, onde existe uma adequação do método com o objeto da pesquisa (MARTINS, 1994).

Uma preocupação das instituições brasileiras: promover a melhoria qualitativa da pesquisa feita no Brasil, visando ao alcance de níveis de qualidade que permitam a aceitação em eventos fora do país e a publicação em revistas acadêmicas

internacionais de ponta. Um desafio que ainda persiste aos pesquisadores brasileiros é o reconhecimento pela comunidade acadêmica internacional da qualidade das produções acadêmicas brasileiras (VERGARA; CARVALHO JR., 1995). Por outro lado, Kirshbaum, Porto e Ferreira (2004), declaram que o acadêmico em administração no Brasil está passando por uma encruzilhada: por um lado, já não pode mais legitimar sua posição apenas com a atividade discente, sendo obrigado a produzir conhecimento. Entretanto, sua pesquisa não atende aos critérios de excelência esperados.

4.3 ADMINISTRAÇÃO

4.3.1 Administração no mundo

A história da Administração teve início por volta do ano 5.000 a.C., na Suméria, quando seus antigos habitantes buscavam um modo de melhorar a resolução de seus problemas práticos. Posteriormente, no Egito, Ptolomeu planejou e dimensionou um sistema econômico que não poderia ter-se operacionalizado sem uma administração pública sistêmica e organizada (GOMES, 2005).

Posteriormente, na China, por volta do ano 500 a.C.,

Com a necessidade de se ter um sistema de governo organizado para o seu império, a Constituição de Chow, com oito regras de administração pública de Confúcio, exemplifica a tentativa Chinesa de definir regras e princípios de administração, (1 - o alimento; 2 - o mercado; 3 - os ritos; 4 - o emprego; 5 - a educação; 6 - a justiça; 7 - a recepção dos hóspedes; 8 - o exército) (GOMES, 2005).

Complementando, Gomes (2005) aponta ainda outras raízes históricas. As instituições otomanas, pela forma como seus grandes feudos eram administrados. Os prelados católicos, já na Idade Média, destacando-se como administradores natos. Na Alemanha e na Áustria, de 1550 a 1700, através do aparecimento de um grupo de professores e administradores públicos chamados de Cameralistas. Os mercantilistas franceses, valorizavam a riqueza física e o Estado, pois ao lado das reformas fiscais preconizavam uma administração sistemática, especialmente no setor público.

Na evolução histórica da administração, destacam-se também duas instituições: igreja católica romana e as organizações militares. A Igreja pode ser considerada como uma organização mais formal, com um modelo mais eficiente da

civilização Ocidental. Através dos séculos, mostrou força de atração de seus objetivos, eficácia de suas técnicas organizacionais e administrativas, espalhando-se por todo mundo e exercendo influência, inclusive sobre o comportamento pessoal de seus fiéis. As organizações militares, evoluíram de modestas ordens de cavaleiros medievais e de exércitos mercenários dos séculos XVII e XVIII para uma hierarquia de poder rígida, adotando para si princípios e práticas administrativas comuns a todas as empresas da atualidade.

O fenômeno que provocou o aparecimento das empresas e da moderna administração ocorreu no final do século XVIII e se estendeu ao longo de todo o século XIX, chegando ao limiar do século XX. A revolução industrial teve princípio na Inglaterra do século XVIII, com a aplicação da máquina a vapor no processo de produção e trouxe céleres e intensas modificações econômicas, sociais e políticas.

Com isso, viu-se a eminente necessidade de profissionalizar a gestão das empresas que estavam surgindo em meio a esse processo. Para tanto, em 1819, foi fundada em Paris a primeira escola de comércio do mundo, a ESCP Europe. Na sequência, pode-se destacar a criação de inúmeras outras escolas de negócio internacionalmente conhecidas, como a The Wharton School e a Hautes Études Commerciales em 1881 e a Berkeley Haas School of Business, em 1898.

4.3.2 Administração no Brasil

Segundo Taschetto (2009) a história da administração no Brasil iniciou-se em 1931, como um tipo de consultoria, por meio da fundação do Instituto da Organização Racional do Trabalho - IDORT, que contava com o Professor Roberto Mange, suíço naturalizado, na sua direção técnica e que tinha como finalidade racionalizar os processos produtivos. Em meados do mesmo ano, surgiu o Departamento Administrativo do Serviço Público, até hoje conhecido pela sigla DASP, fundado pelo Dr. Luiz Simões Lopes. Através deste órgão, foi criada a Escola de Serviço Público que enviava técnicos de administração aos Estados Unidos para a realização de cursos de aperfeiçoamento, que contava com defesa de tese.

Os conhecimentos e as ações desenvolvidas por estes especialistas, no seu retorno ao país, fizeram deles pioneiros da administração no Brasil, como profissão.

Novamente sob orientação do Dr. Luiz Simões Lopes, em 1944, foi criada a Fundação Getúlio Vargas, mantenedora da EAESP - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, que implantou o curso de administração em 13 de setembro de 1954.

O uso intensivo de modelos estrangeiros na estruturação das organizações brasileiras e do ensino de Administração evidenciou-se no ano de 1948, quando representantes da FGV realizaram visitas a diversos cursos de Administração Pública sediados em universidades norte-americanas, como resultado da cooperação entre Brasil e Estados Unidos, estabelecida após o fim da Segunda Guerra Mundial. A partir dessa relação e das visitas realizadas surge em 1952, no Rio de Janeiro, a Escola Brasileira de Administração Pública – EBAP- destinada à formação de profissionais especialistas na área de administração Pública. Em 1954 a mesma FGV originou a Escola de Administração de Empresas de São Paulo – EAESP – destinada à formação de especialistas nas mais modernas técnicas de gerência empresarial (NICOLINI, 2003, p. 46).

A primeira universidade pública a ofertar a graduação no curso de administração no Brasil foi a Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ em 1946 e logo em seguida, o curso foi implantado também em outras universidades pública do país, como podemos destacar, na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, inserido no quadro de cursos da mesma em 1949, na Universidade Federal da Bahia - UFBA, implantado no ano de 1961, nas Universidade de Brasília - UNB e Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS no ano de 1962, e posteriormente introduzido na Universidade Federal do Paraná - UFPR em 1967.

Hoje, existem inúmeras universidades, tanto públicas quanto privadas, formando por ano aproximadamente 2 milhões de bacharéis em administração. Apesar de parecer um número expressivo, tal número tão pouco pode ser comparado com a quantidade de bacharéis em administração formados por ano nos Estados Unidos, onde para ser candidato a presidente da república deve, dentre outros cursos, ser formado em administração, enquanto no Brasil até o momento, não teve nenhum presidente formado bacharel em administração.

4.3.3 Administração no Amazonas

No estado do Amazonas, o curso de administração teve início no ano de 1965, na Universidade Federal do Amazonas - UFAM por meio da resolução número 09/65, sendo implementado no departamento de administração da Faculdade de Estudos Sociais (FES). Embora o curso de administração só tenha sua implantação de fato em

1966, sua história tem raízes fincadas em quase uma década antes, na Faculdade de Ciências Econômicas do Amazonas.

Em 1965 foi instalado o curso de contador e, em setembro desse ano, o então diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, Professor Saul Benchimol, encaminhou ao Conselho Universitário da Universidade Federal do Amazonas o processo número 26/65, no qual solicitou a autorização para o funcionamento do curso de administração. O processo foi aprovado, obtendo a autorização, sendo oficializada através da resolução número 09/65, de 20 de novembro 1965 (UFAM, 2010).

Posteriormente, inúmeros outros cursos foram sendo implantados no estado, principalmente na capital - cidade de Manaus, como o do Centro Universitário do Norte - UNINORTE em 1994, o da Universidade do Estado do Amazonas no ano de 2001 e o da Faculdade Metropolitana de Manaus em 2002.

4.3.4 Administração em Parintins

Na cidade de Parintins o curso de administração teve seu início no ano de 2004, de forma modular, ministrado pela Universidade Federal do Amazonas, no antigo campus localizado na Av. Paraíba. Contudo, no ano de 2007, a partir de uma audiência pública, a Universidade Federal do Amazonas, em consideração ao “Projeto UFAM Multicampi” criou e instalou o curso de administração organizacional de fato na cidade, de forma 100% presencial no então recém-criado novo campus desta, através da resolução número 21/2007.

Tal projeto de Interiorização da Universidade Federal do Amazonas foi apoiado pelo Ministério de Educação, objetivando a expansão do ensino superior para as áreas mais longínquas dos estados brasileiros. No caso específico, o município de Parintins foi o contemplado por ser considerado o município pólo da região do Baixo Amazonas, que atende na citada Unidade universitários oriundos dos municípios localizados ao seu entorno, como Barreirinha, Maués, Nhamundá, Boa Vista do Ramos, Urucará e São Sebastião do Uatumã, bem como os municípios vizinhos do oeste do estado do Pará também.

No decorrer desse tempo, destacam-se também a criação do curso de bacharelado em administração em unidades de universidades privadas sediadas na cidade, como o da Universidade UNOPAR no ano de 2007 e mais recentemente o do Centro Universitário FAMETRO, em 2019.

4.4 FORMAÇÃO DO ADMINISTRADOR

O processo de formação do bacharel em administração consiste no estudo de diversos campos, compreendidos desde antropologia até inovação organizacional, por exemplo. Este conjunto, envolve um agregado das mais diversas dimensões a fim de garantir ao discente “receber formação que o possibilite ser ativo e inovador num mundo diferente, capaz de compreender, dominar e fazer bom uso das atividades profissionais e das relações humanas, capaz de assumir a liberdade de escolha, com as responsabilidades, oportunidades e os riscos que tal liberdade impõe” (UFAM, 2010).

Por este motivo, o aluno deve adquirir uma práxis efetiva, de modo a obter habilidades necessárias para assumir uma conduta profissional no mundo dos negócios e/ou lidar com as incitações do mercado de trabalho. Assim, torna-se importante, por parte da gestão educacional, a busca e implementação de estratégias e políticas educacionais capazes de acompanhar a mudança do conhecimento, reduzindo o distanciamento que ainda existe entre a graduação e o trabalho a ser exercido pelo futuro profissional (PINTO et al., 2015, p. 285).

De acordo com os dados do Censo da Educação Superior 2018 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o curso de Bacharelado em Administração é o terceiro curso com maior número de discentes matriculados no país, totalizando 703.254 estudantes, quantitativo este que simboliza 8,32% do universo de estudantes regularmente matriculados no ensino superior no país.

Reforçando a importância dos dados acima apresentados, SOUZA et al. (2017) propõe que a construção do profissional precisa se fundamentar em um processo de ensino que transmita o treinamento para lidar com os desafios vigentes da sociedade contemporânea e a realização de atividades exigidas pelo ambiente empresarial. O ensino da ciência administrativa se situa em contextos sócio-político-econômicos, logo, o processo formativo deve transmitir o real avanço do conhecimento, de modo que o aprendizado seja amplo e oriundo dos conteúdos estudados e praticados em sala de aula.

Combinar todas as habilidades adquiridas durante a sua formação superior, segundo Chiavenato (2000) significa também administrar habilidades a serem desenvolvidas. Portanto, para que o administrador possa trabalhar com sucesso, há três tipos de habilidades necessárias:

- Habilidade conceitual: a qual consiste na capacidade de compreender a complexidade da organização como um todo e o ajustamento do comportamento de suas partes. Esta habilidade permite a adequação conforme os objetivos da organização num todo, e não apenas de acordo com os objetivos/necessidades de seu departamento;
- Habilidade humana: consiste na aptidão e facilidade em trabalhar com pessoas, comunicar-se, compreender atitudes e motivações e liderar grupos de pessoas;
- Habilidade técnica: consiste em utilizar conhecimentos, métodos, técnicas e equipamentos necessários para o desempenho de tarefas específicas, por meio da educação e da experiência adquirida durante a formação.

Nas palavras de Mintzberg, a formação do bacharel em administração [...] reside no desenvolvimento de habilidades. [...] acredita que seja preciso ir além da transmissão de conhecimentos e oferecer oportunidades para que as pessoas possam desenvolver e aprimorar suas habilidades gerenciais. Propõe para isto 8 habilidades de relacionamento com os colegas (manter relações formais e informais), de liderança (necessárias para realização de tarefas que envolvem equipes); de resolução de conflitos (tomar decisões para resolver distúrbios), de processamento de informações (desenvolvimento de habilidades em comunicação - em comunicação expressar eficazmente suas idéias), para tomar decisões em condições de expressar eficazmente suas idéias); para tomar decisões em condições de ambiguidade (decidir em condições adversas, tomar muitas decisões em curtos períodos), de alocação de recursos (critérios para a definição de prioridades); empresariais (busca de problemas, oportunidades e prioridades); empresariais (busca de problemas, oportunidades e implementação controlada na organização); e de introspecção (capacidade de reflexão e autoanálise) (MINTZBERG, 1973).

4.5 OS CICLOS DOS CURRÍCULOS DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

A história do ensino da administração em nosso país divide-se em 3 fases, chamadas por Andrade e Ambroni de “ciclos”, os quais são caracterizados conforme as propostas dos currículos para a formação de um administrador com os componentes mínimos necessários eram atualizadas.

O primeiro ciclo, compreende o período desde o início do estudo da administração no país até o ano de 1993. Esse currículo foi formalizado por meio do parecer número 307 de 1966 e listava as seguintes disciplinas como obrigatórias a qualquer matriz curricular formulada até então:

- Administração de material;
- Administração de pessoal;
- Administração financeira e orçamento;
- Contabilidade;
- Economia brasileira;
- Estatística;
- Instituições de direito público e privado (incluindo noções de ética administrativa);
- Legislação social;
- Legislação tributária;
- Matemática;
- Psicologia aplicada à administração;
- Sociologia aplicada à administração;
- Teoria econômica;
- Teoria geral da administração.

Somando-se as matérias acima citadas, ainda fazia-se obrigatório a escolha de uma das disciplinas optativas: direito administrativo ou administração de produção e vendas. Além da obrigatoriedade da realização de um estágio supervisionado (ANDRADE; AMBRONI, 2004).

Posteriormente, a partir da criação dos Conselhos de controlassem e fiscalizassem e da preocupação de aprimorar a qualidade dos cursos de administração ofertados no país, em 1993 a Associação Nacional dos Cursos de Administração - ANGRAD e o Conselho Federal de Administração - CFA trabalharam conjuntamente e criaram um novo currículo mínimo para o curso de administração, inaugurando assim o segundo ciclo do ensino de administração no Brasil (ANDRADE; AMBRONI, 2004).

Esse novo currículo foi institucionalizado pela Resolução N° 02 de 1993. Nele o administrador passa a ter para seguir um currículo com conteúdos de formação básica e instrumental, Formação profissional, disciplinas eletivas e

complementares, além de se manter o estágio supervisionado. O curso superior de administração passa a ter a carga horária mínima de 3000 horas aula e o tempo de integralização de 04 anos a, no máximo, 07 anos (BRASIL, 1993).

O terceiro ciclo citado foi instaurado com a aprovação da resolução CNE/CES nº 4, de 13 de julho de 2005, onde as matrizes curriculares dos cursos de administração passam a trabalhar com competências em vez de currículos mínimos, como acontecia anteriormente. Dessa forma, os “eixos de formação” passam a conduzir a formação dos administradores. O mesmo trazia quatro eixos a serem trabalhados pelos bacharéis em administração, conforme abaixo:

- Eixo de estudos quantitativos e suas tecnologias;
- Eixo de formação básica;
- Eixo de formação complementar;
- Eixo de formação profissional. (BRAGA et al, 2011)

4.6 MATRIZ CURRICULAR

A matriz curricular de um curso de graduação superior traz consigo toda a estrutura pedagógica do mesmo. É a partir da matriz curricular que se determina quais componentes curriculares serão ministrados em sala de aula.

Historicamente, os cursos superiores no Brasil se voltavam à formação de profissionais para exercerem uma determinada profissão ou para atuarem como profissionais competentes em uma área ou especialidade. Assim, o ensino pautava-se em programas fechados, com uma estrutura curricular que apresentava um elenco de disciplinas que enfocavam abordagens direcionadas especificamente para uma determinada profissão, área ou especialidade, distanciadas de uma articulação interdisciplinar (MASETTO, 1998, p. 141).

Ao se elaborar um currículo para o curso de administração deve-se tomar cuidado e atentar que é imprescindível oferecer disciplinas básicas, instrumentais e também disciplinas da formação profissional, principalmente, que objetivem atender às metas propostas para o curso, alinhando-as com o perfil de egresso pretendido, com as diretrizes curriculares vigentes, bem como com o conjunto de técnicas referentes à metodologia compatível com a concepção do curso.

O processo educativo deve estar voltado para a formação do administrador com competência técnico-científica e compromisso social. Este processo, por sua vez, deverá ser resultado de um conjunto de relações sociais e de relações com o conhecimento do contexto social particular em que acontece (CRUZ, 2005, p. 28).

Pode-se observar que com o surgimento de um grande número de cursos de formação tecnológica e bacharelado em Administração atualmente, a proposta curricular requer cada vez mais a observação de fatores que elevem a qualidade dos mesmos, a responsabilidade social, a competitividade e parcerias, com a finalidade de garantir a melhor formação para a conquista do sucesso profissional futuro.

Dessa forma, nas palavras de Cruz (2005, p. 102) o curso de administração deve buscar a construção de uma base técnico-científica que permita aos alunos desenvolverem um processo de autoquestionamento e aprendizado, de modo a torná-los capazes de absorver, processar e se adequar, por si mesmos, às necessidades e aos requerimentos das organizações do mundo moderno.

De acordo com a resolução número 04/2005 referente às diretrizes curriculares dos cursos de administração, entre as habilidades e competências que a formação durante o mesmo deve conter, destacam-se: a) Reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão; b) Desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais; c) Refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento; d) Desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle, bem assim expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais; e) Ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional; f) Desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional adaptável; g) Desenvolver capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos em organizações; e h) Desenvolver capacidade para realizar consultoria em gestão e administração, pareceres e perícias administrativas, gerenciais, organizacionais, estratégicos e operacionais (BRASIL, 2005).

4.7 MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DO ICSEZ/UFAM

Os conteúdos abarcados na matriz curricular do curso de administração compreendem quatro grandes campos de estudos interdependentes. O primeiro deles é o campo de estudos sociais e de investigação científica e suas metodologias, que é nomeado como “conteúdos de formação básica”. O segundo compreende os estudos administrativos gerenciais, organizacionais, estratégicos, estudos econômicos, financeiros, mercadológicos, de relações internacionais e suas metodologias e é nomeado no Projeto Pedagógico do Curso como “conteúdos de formação profissional”. O terceiro campo de estudo é designado como “conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias” e envolve os estudos quantitativos e as suas metodologias. Já o quarto e último campo se refere aos temas transversais e é denominado de “conteúdos de formação complementar obrigatória”.

O quadro com a composição dos eixos do currículo de formação do curso de administração demonstrados no Projeto Pedagógico do Curso - PPC encontra-se no **ANEXO 1** deste trabalho.

4.8 CAMPOS DA ADMINISTRAÇÃO DO CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO

A administração é uma ciência fundamentada em sistemas e processos que buscam o planejamento, organização, direção e controle das realizações. A atuação do administrador é bastante ampla, sendo necessário em todo tipo de empresas. Ele atua em diversas áreas como comercial, logística, financeira, compras, recursos humanos, marketing, entre outras (CFA).

O quadro com as áreas da administração indicadas pelo Conselho Federal de Administração - CFA encontra-se no **ANEXO 2** deste trabalho.

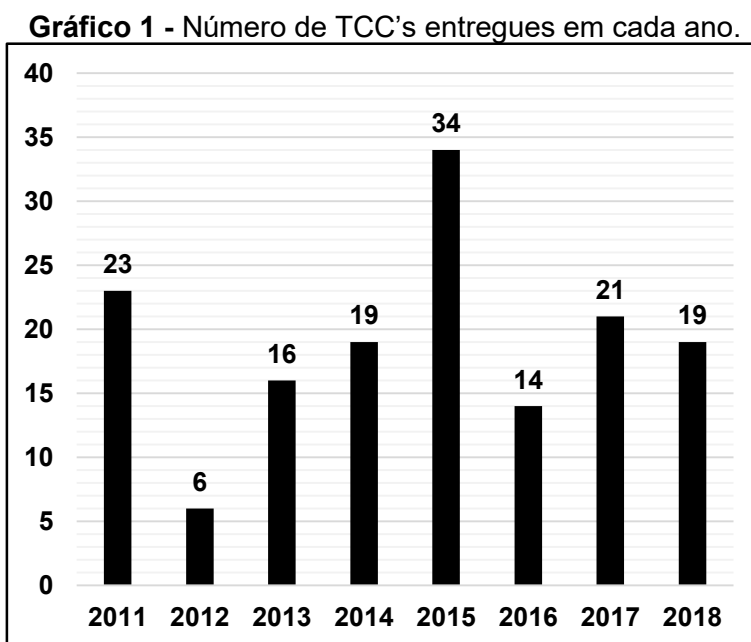
5. RESULTADO

No primeiro momento desta pesquisa, o foco foi a catalogação de todos os TCC's arquivados, afim de classificá-los para verificar a sua adequação às áreas do

projeto Político Pedagógico do Curso - PPC e às áreas propostas pelo Conselho Federal de Administração - CFA.

No arquivo da coordenação do curso de administração do ICSEZ/UFAM, localizado no laboratório do curso, no bloco III do Instituto, foram encontrados 133 trabalhos de conclusão de curso em formato de livro capa dura e mais 19 trabalhos guardados em formato digital (Portable Document Format) no computador da coordenação do curso. No entanto, por meio de um levantamento junto à coordenação do curso, descobriu-se que alguns trabalhos têm o seu destino desconhecido, ou seja, o total de material analisado neste trabalho não corresponde a 100% de todos os Trabalhos de Conclusão de Curso já apresentados perante banca de avaliação.

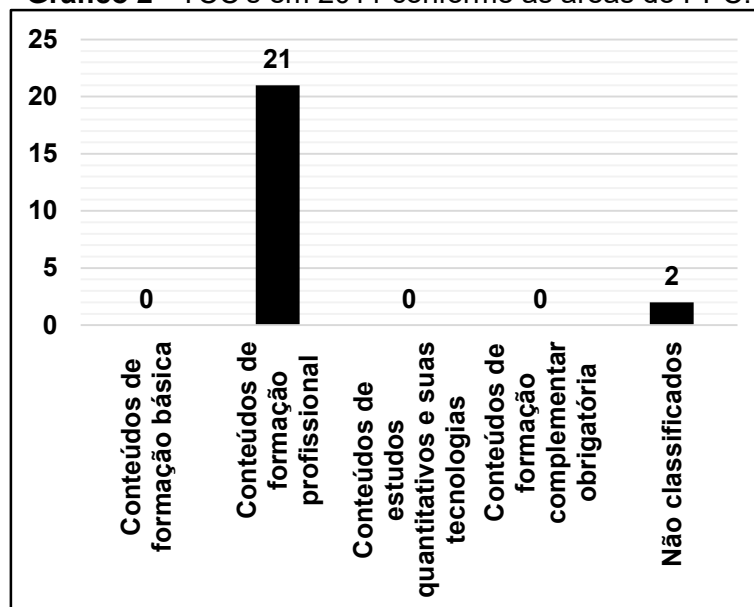
Para a melhor visualização dos dados, estes foram tabulados conforme os anos, as áreas de acordo com o PPC do curso de Administração e as áreas definidas pelo Conselho Federal de Administração - CFA e então classificados conforme a possibilidade de cada um dos mesmos.



Fonte: Pesquisa do autor, 2020.

5.1 TRABALHOS DO ANO DE 2011

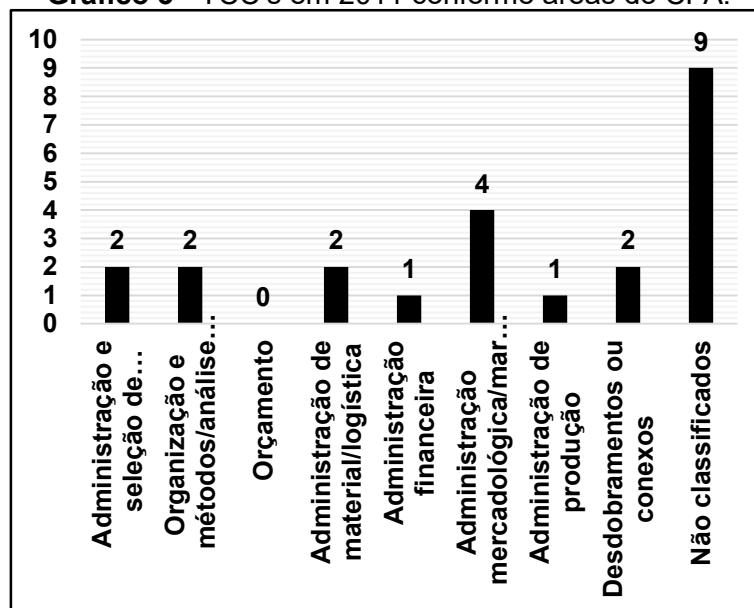
Gráfico 2 - TCC's em 2011 conforme as áreas do PPC.



Fonte: Pesquisa do autor, 2020.

Conforme gráfico 91,30% dos trabalhos analisados apresentam como eixo principal de abordagem “conteúdos de formação profissional”. Os demais trabalhos, 8,70% do total, não foram classificados em nenhum dos eixos propostos no projeto pedagógico do curso. Os demais eixos (conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias, conteúdos de formação básica, conteúdos de formação complementar obrigatória) não tem nenhum trabalho entre a sua alçada de sub-áreas.

Gráfico 3 - TCC's em 2011 conforme áreas do CFA.

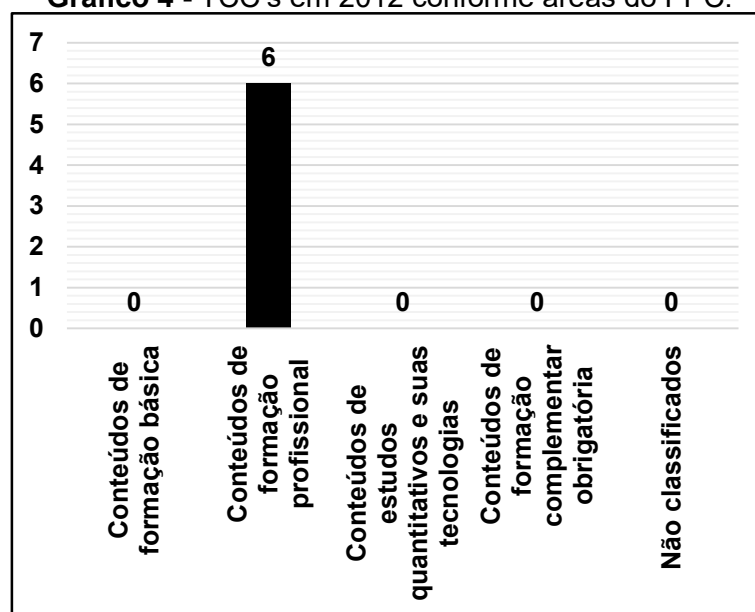


Fonte: Pesquisa do autor, 2020.

Aqui, pode-se verificar que 39,13% dos trabalhos não foram classificados em nenhuma das áreas. Na sequência, 17,39% dos trabalhos se encaixam na área de administração mercadológica/marketing. As áreas de administração de material/logística, administração e seleção de pessoal/recursos humanos, desdobramentos ou conexos e organização e métodos/análise de sistemas tem 8,70% do total de trabalhos analisada, cada uma. Já as áreas de administração de produção e administração financeira tem 4,35%, cada e a área de orçamento não conta com nenhum trabalho classificado como tal.

5.2 TRABALHOS DO ANO DE 2012

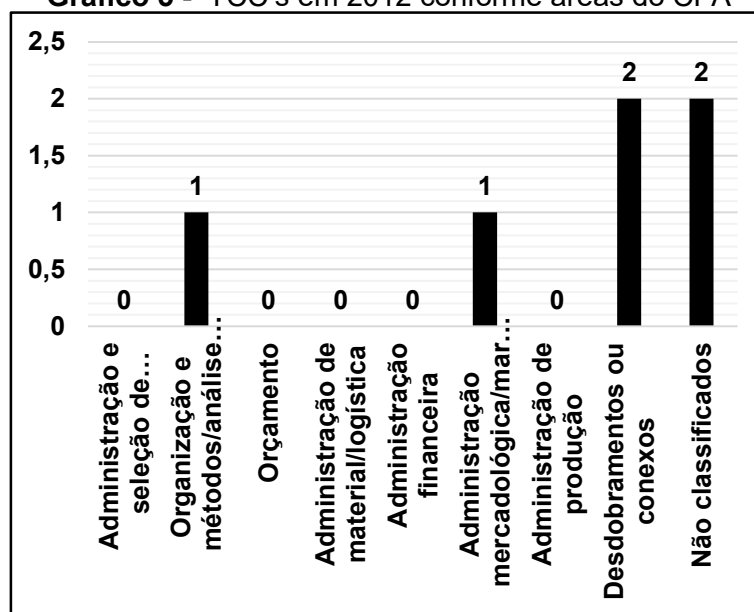
Gráfico 4 - TCC's em 2012 conforme áreas do PPC.



Fonte: Pesquisa do autor, 2020.

Com relação a classificação conforme os eixos do PPC do curso de administração, 100% dos trabalhos analisados se enquadram como Conteúdos de formação profissional, enquanto as demais áreas não têm nenhum trabalho classificado como tal.

Gráfico 5 - TCC's em 2012 conforme áreas do CFA

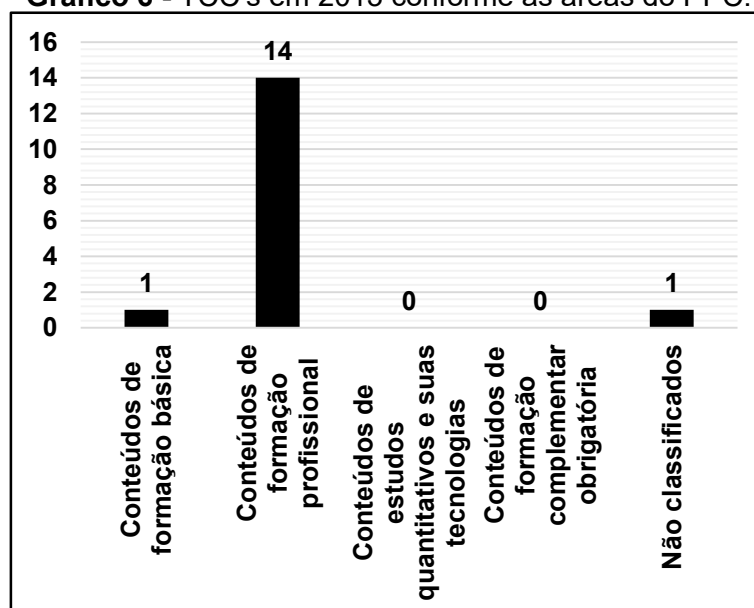


Fonte: Pesquisa do autor, 2020.

Observa-se 33,33% dos trabalhos não foram classificados em nenhuma das áreas propostas na divisão do Conselho Federal de Administração. Enquanto isso, outros 33,33% foram classificados na área de desdobramentos ou conexos. 33,34% podem ser classificados na área de administração mercadológica/marketing e organização e métodos/análise de sistemas, com 16,67% cada. As demais áreas têm zero trabalhos classificados em suas alçadas.

5.3 TRABALHOS DO ANO DE 2013

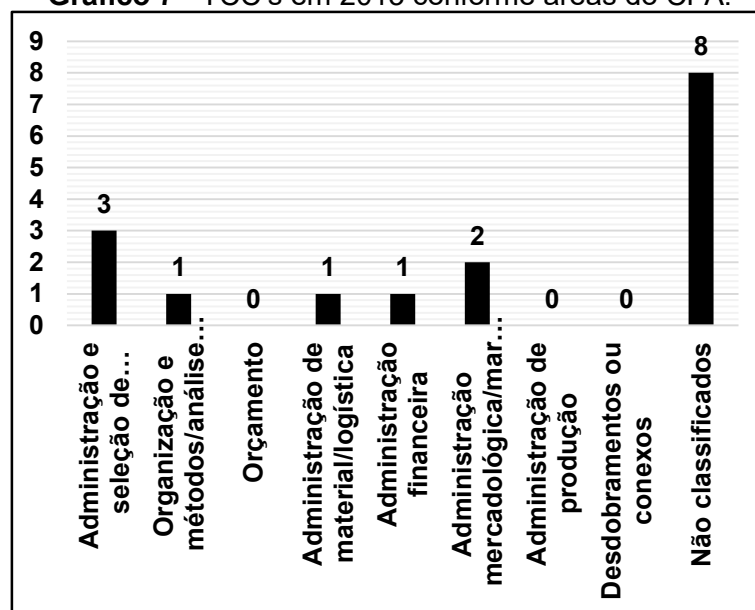
Gráfico 6 - TCC's em 2013 conforme as áreas do PPC.



Fonte: Pesquisa do autor, 2020.

Verificou-se que nessa classificação, 87,50% da amostra coletada se encaixam na área de conteúdos de formação profissional. Na sequência, as áreas de conteúdos de formação básica e de trabalhos não classificados possui 6,25%, cada. As demais áreas, de conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias e de conteúdos de formação complementar obrigatória não computaram nenhum trabalho na sua classificação.

Gráfico 7 - TCC's em 2013 conforme áreas do CFA.

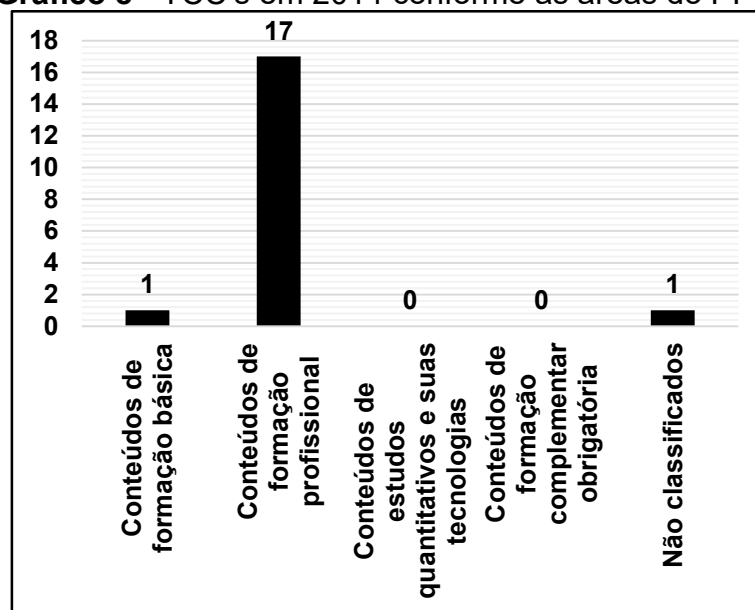


Fonte: Pesquisa do autor, 2020.

É possível notar que exatamente 50% dos trabalhos não foram classificados em nenhuma área. Em seguida, 18,75% do total se encaixam como trabalhos da área de administração e seleção de pessoal/recursos humanos e 12,5% como trabalhos da área administração mercadológica/marketing. As áreas de administração de material/logística, administração financeira e organização e métodos/análise de sistemas tem 6,25% do total de trabalhos cada uma. As demais áreas não pontuaram.

5.4 TRABALHOS DO ANO DE 2014

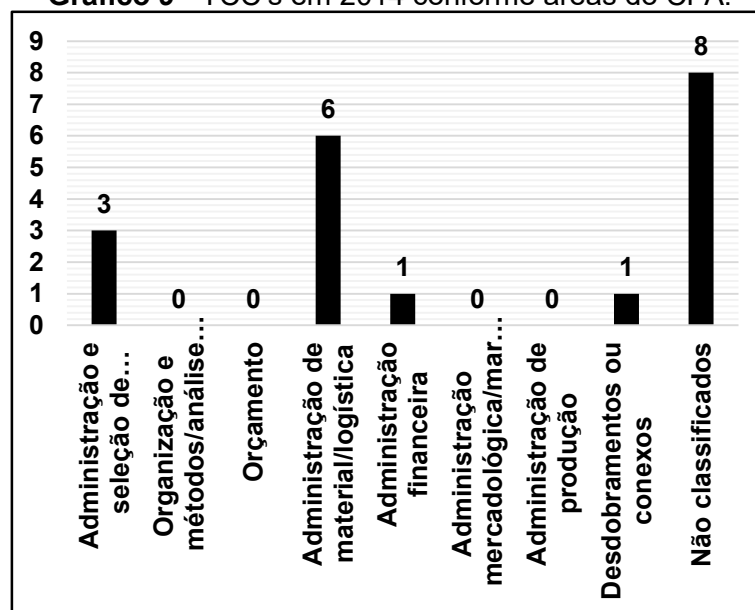
Gráfico 8 - TCC's em 2014 conforme as áreas do PPC.



Fonte: Pesquisa do autor, 2020.

Constatou-se que a grande maioria dos trabalhos (89,47%) se encaixam na área de conteúdos de formação profissional. Com relação às demais áreas de classificação, 5,26% do total podem ser classificados como conteúdos de formação básica e outros 5,26% não foram classificados em nenhuma das áreas.

Gráfico 9 - TCC's em 2014 conforme áreas do CFA.

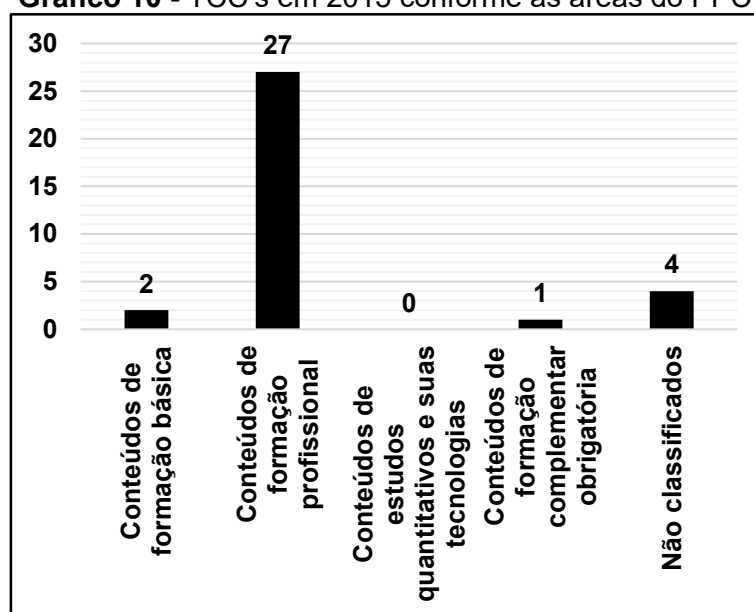


Fonte: Pesquisa do autor, 2020.

O gráfico acima explicita que 42,11% dos trabalhos analisados não puderam ser classificados em nenhuma das áreas. Na sequência, 31,58% são classificados na área de administração de material/logística e 15,79% na área administração e seleção de pessoal/recursos humanos. Do restante, as áreas de administração financeira e de desdobramentos ou conexos tem 5,26%, cada uma.

5.5 TRABALHOS DO ANO DE 2015

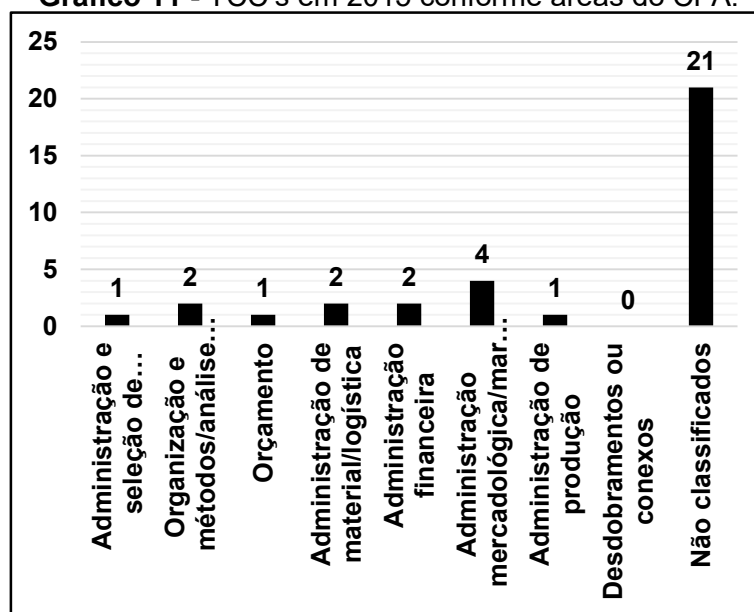
Gráfico 10 - TCC's em 2015 conforme as áreas do PPC.



Fonte: Pesquisa do autor, 2020.

Dos 34 trabalhos investigados, 79,41% corresponde a trabalhos do eixo de conteúdos de formação profissional. Dos demais, 11,76% não foram classificados em nenhum dos eixos, 5,88% pertencem ao eixo de conteúdos de formação básica e outros 2,94% ao eixo de conteúdos de formação complementar obrigatória.

Gráfico 11 - TCC's em 2015 conforme áreas do CFA.

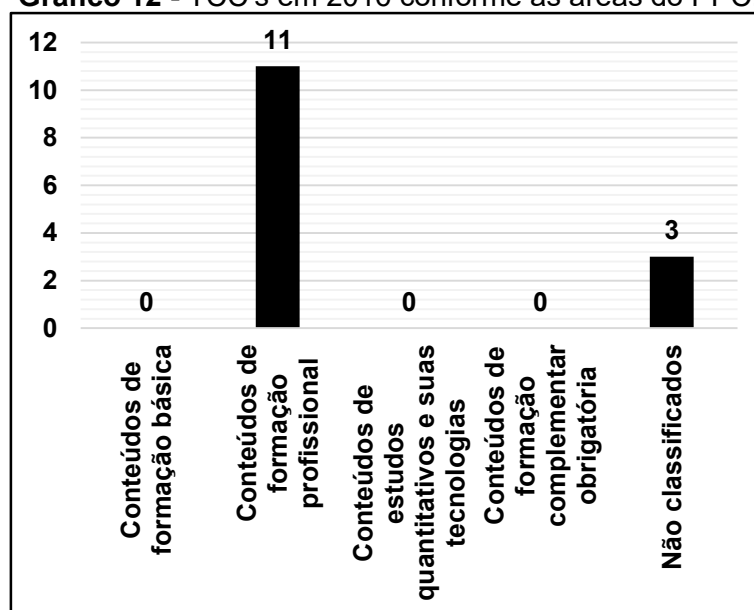


Fonte: Pesquisa do autor, 2020.

Os resultados apontam 21 trabalhos como não classificados (61,76%), 4 trabalhos na área administração mercadológica/marketing (11,76%), 2 da área de organização e métodos/análise de sistemas, 2 da área administração financeira e outros 2 de administração de material/logística, correspondendo a 5,88% cada. Na sequência, vem as áreas de orçamento, administração e seleção de pessoal/recursos humanos e administração de produção, cada qual com 2,94% do total de trabalhos catalogados.

5.6 TRABALHOS DO ANO DE 2016

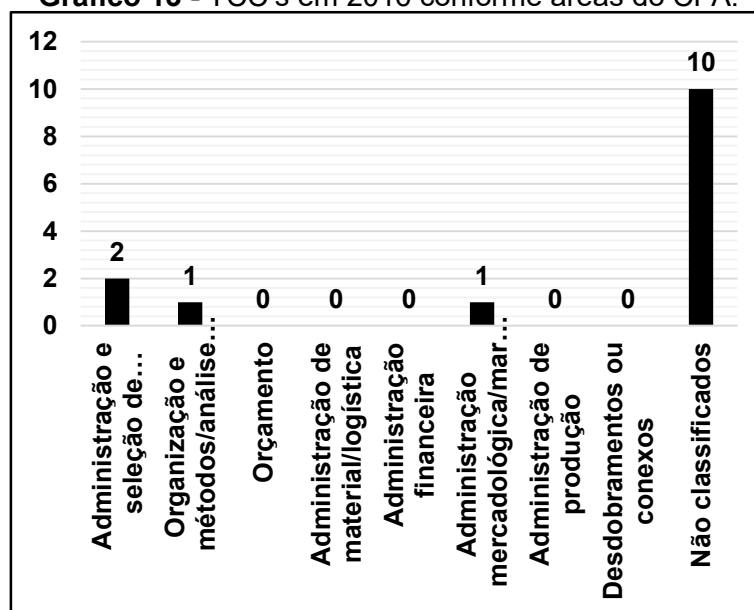
Gráfico 12 - TCC's em 2016 conforme as áreas do PPC.



Fonte: Pesquisa do autor, 2020.

A análise dos 14 trabalhos compreenderam 11 pesquisas no eixo de conteúdos de formação profissional (78,57%) e 3 pesquisas não classificáveis conforme os objetivos propostos (21,43%). Ainda conforme a análise realizada, não foi possível identificar trabalhos nos eixos de conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias, conteúdos de formação básica e conteúdos de formação complementar obrigatória.

Gráfico 13 - TCC's em 2016 conforme áreas do CFA.

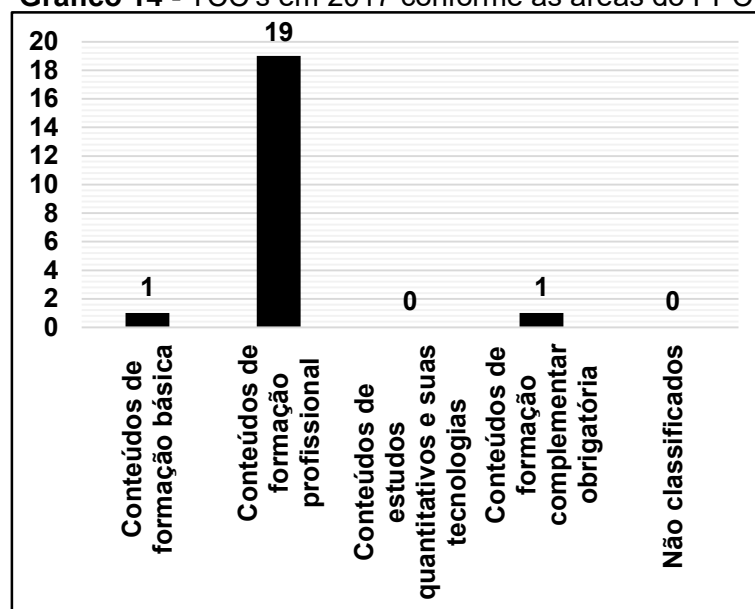


Fonte: Pesquisa do autor, 2020.

No tocante a classificação dos trabalhos conforme a divisão das áreas da administração conforme o Conselho Federal de Administração, 71,43% do total são não classificáveis, 14,29% se enquadram na área de administração e seleção de pessoal/recursos humanos e outros 14,28% nas áreas de organização e métodos/análise de sistemas e administração mercadológica/marketing. Quanto às demais áreas, não há nenhum trabalho classificável como tal.

5.7 TRABALHOS DO ANO DE 2017

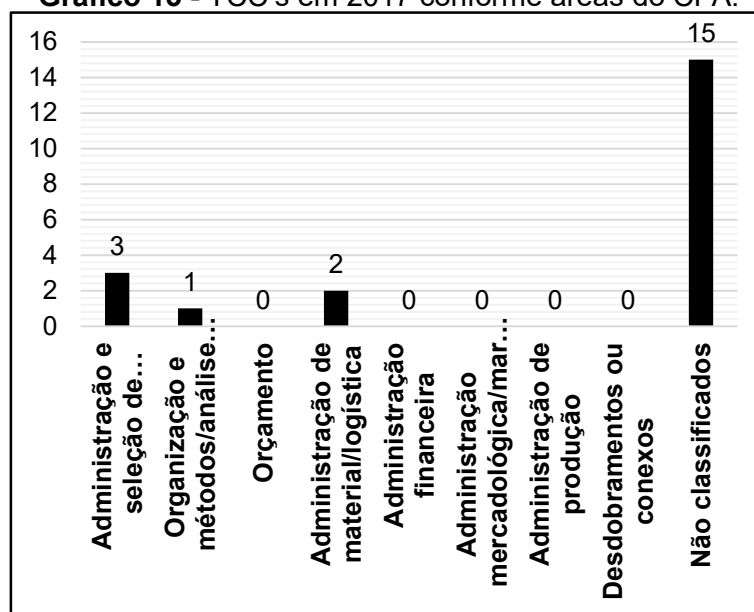
Gráfico 14 - TCC's em 2017 conforme as áreas do PPC.



Fonte: Pesquisa do autor, 2020.

Fundamentado pelos descritos nos 21 trabalhos, pode-se registrar que grande parte dos mesmos, 90,48%, fazem parte do eixo de conteúdos de formação profissional. Há também, 1 trabalho do eixo de conteúdos de formação básica (4,76%) e 1 trabalho do eixo de conteúdos de formação complementar obrigatória (4,76%). O eixo de conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias não registrou nenhum trabalho qualificado na área.

Gráfico 15 - TCC's em 2017 conforme áreas do CFA.

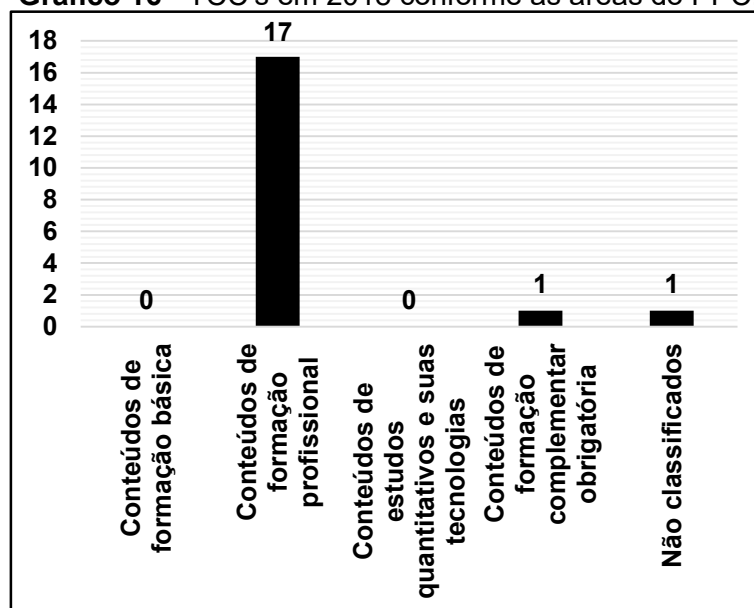


Fonte: Pesquisa do autor, 2020.

Conforme o gráfico acima apresentado, 71,43% dos trabalhos não são classificados em nenhuma das áreas propostas. Enquanto isso, 14,29% se enquadra na classificação do eixo de administração e seleção de pessoal/recursos humanos e outros 9,52% na classificação do eixo de administração de material/logística. Quanto as demais áreas, não tem nenhum trabalho dentro das suas alçadas de classificação.

5.8 TRABALHOS DO ANO DE 2018

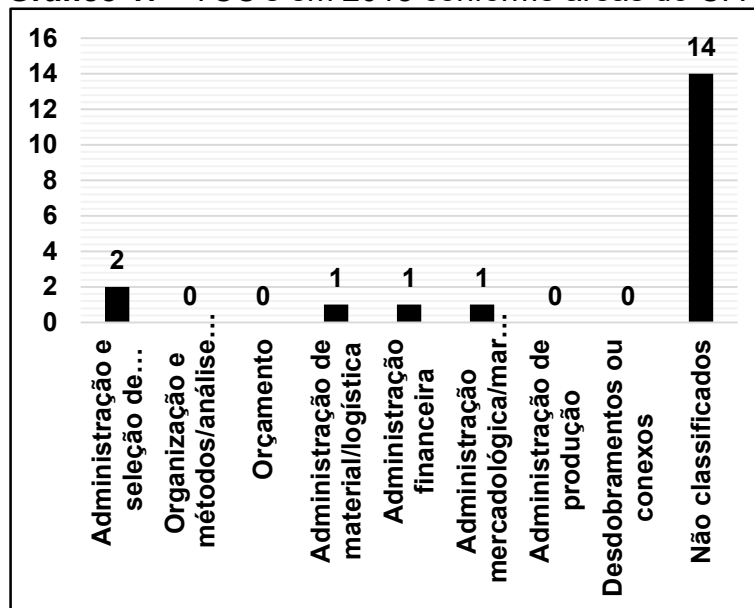
Gráfico 16 - TCC's em 2018 conforme as áreas do PPC.



Fonte: Pesquisa do autor, 2020.

Aqui, pode-se verificar que 89,47% dos trabalhos analisados correspondem a trabalhos do eixo de conteúdos de formação profissional. Diante dos dados, observa-se também que o eixo de conteúdos de formação complementar obrigatória detém 5,26% do percentual total de trabalhos deste ano. O restante do percentual de trabalhos analisados, 5,26% não são classificáveis, tendo em vista que não se encaixam nas competências de nenhum dos eixos acima apresentados.

Gráfico 17 - TCC's em 2018 conforme áreas do CFA.



Fonte: Pesquisa do autor, 2020.

Os trabalhos descritos como “não classificados” formam a grande maioria, com 73,68% de todos os trabalhos catalogados neste ano. Ao analisar o gráfico, nota-se também que 10,53% dos trabalhos se enquadram na classificação da área de administração e seleção de pessoal/recursos humanos, e o restante do percentual, 15,78%, divide-se entre as áreas de administração mercadológica/marketing, administração financeira e administração de material/logística. Áreas como desdobramentos ou conexos, administração de produção, orçamento e organização e métodos/análise de sistemas não possuem trabalhos classificados como tais.

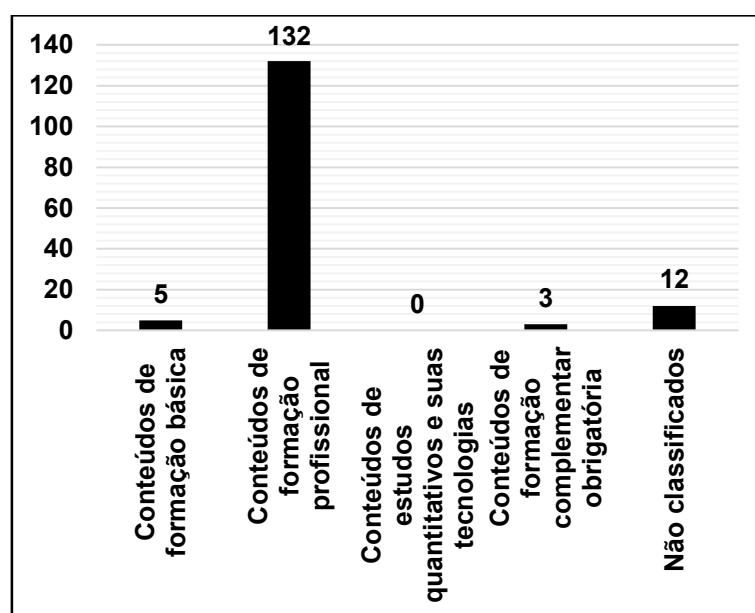
6. CONCLUSÃO

A partir dos dados coletados no arquivo do curso de administração, cronologicamente avaliados, os trabalhos de conclusão permitiram a este pesquisador

qualificá-los conforme as classificações propostas de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso e de acordo com as áreas da administração propostas pelo Conselho Federal de Administração - CFA.

Conforme a mesma, a maior concentração de trabalhos data do ano de 2015, com 34 trabalhos, e o ano com a menor concentração de trabalhos entregues é o ano de 2012. O Diagnóstico apontou que a eixo de estudo mais estudado é aquele que possui o maior número de carga horária e o menos estudado é a de menor carga horária. Os trabalhos concentram-se também em assuntos específicos. As áreas de administração mercadológica/marketing, administração de material/logística e administração e seleção de pessoal/recursos humanos são as mais exploradas pelos alunos. Essa predominância demonstra certo limite do conhecimento produzido observando que os problemas organizacionais sobejam outros assuntos, que ainda carecem de ser aprofundados.

Gráfico 18 - TCC's conforme as áreas do PPC entre 2011 e 2018.



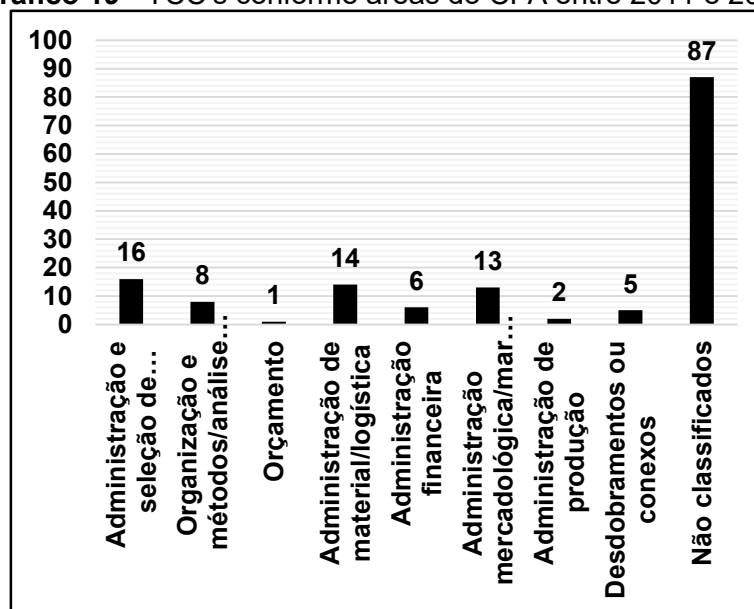
Fonte: Pesquisa do autor, 2019.

O resultado da catalogação é demonstrado no gráfico acima, o qual traz a quantidade de trabalhos entregues a cada ano, bem como a quantidade de trabalhos enquadrada em cada um dos eixos de classificação, no período entre o ano de 2011 e o ano de 2018.

Quanto à classificação conforme o projeto político pedagógico do curso, os resultados explicitam que os trabalhos de conclusão de curso catalogados têm foco

principal no eixo de concentração de “conteúdos de formação profissional”, a qual corresponde a 86,84% do total de TCC’s catalogados. Na sequência, os principais eixos escolhidos pelos discentes formandos em seus trabalhos são “conteúdos de formação complementar obrigatória” que corresponde a 1,97% do total, e o eixo de “conteúdos de formação básica” com 3,29% do total de trabalhos catalogados. Enquanto isso, o eixo de “conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias” não possui nenhum trabalho com possibilidade de ser classificado dentro da abrangência de suas subáreas. O total de trabalhos que não se encaixam em nenhuma das classificações proposta é de 7,89%.

Gráfico 19 - TCC's conforme áreas do CFA entre 2011 e 2018.

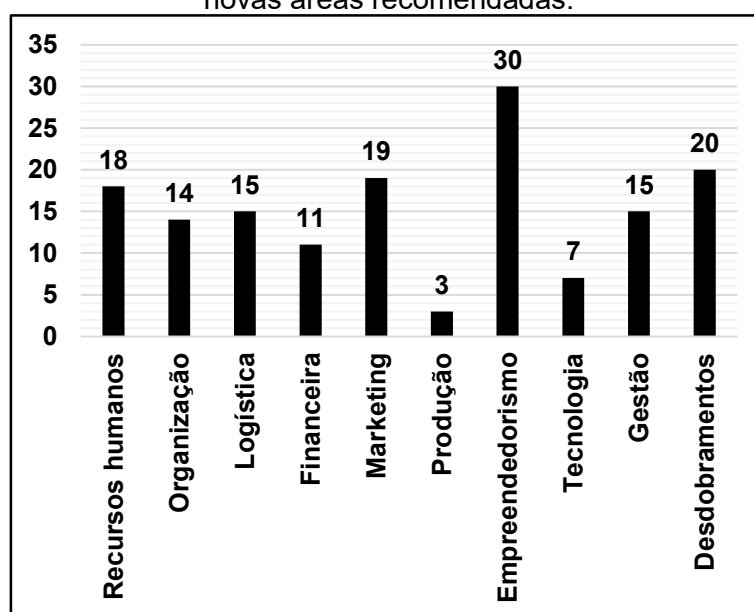


Fonte: Pesquisa do autor, 2019.

No que concerne à catalogação dos trabalhos conforme a divisão das áreas propostas pelo Conselho Federal de Administração - CFA, a maioria dos trabalhos analisados (57,24%) não foi qualificado, uma vez que os mesmos não puderam ser inseridos em nenhuma das oito divisões propostas pelo Conselho. Entre os demais trabalhos analisados, 10,53% são classificados na área de “administração e seleção de pessoal/recursos humanos”, 9,21% na área de “administração de material/logística”, 8,55% na área de “administração mercadológica/marketing” e 5,26% na área de “organização e métodos/análise de sistemas”. Na sequência, representando os menores percentuais, a área de “administração financeira” com 3,95%, “desdobramentos ou conexos” com 3,29% do total, 1,32% na área de “orçamento” e “administração de produção” com somente 0,66%.

Tais resultados, onde 57,24% dos trabalhos não pertencem a alguma das áreas propostas pelo Conselho Federal, demonstram a existência de uma lacuna entre o que é intentado por este conselho e a realidade da formação na universidade, já que as produções se enquadram no foco profissional dos discentes. Ainda, com a finalidade de sanar tais problemas na classificação dos trabalhos frente às classificações propostas já existentes, no **ANEXO 3** deste trabalho propõem-se uma nova divisão para as áreas da administração, com base nos resultados dessa pesquisa.

Gráfico 20 - Número de trabalhos classificados em cada uma das novas áreas recomendadas.



Fonte: Pesquisa do autor, 2020.

O gráfico acima revela o resultado de uma classificação com base na nova proposta divisão dos trabalhos em cada uma das novas áreas temáticas sugeridas. 19,74% dos trabalhos pertencem ao eixo de empreendedorismo, 13,16% ao eixo temático de desdobramentos, ou seja, assuntos correlacionados à administração, 12,50% à área de marketing e 11,84% à área de recursos humanos. A área de gestão teria 9,87% do total de trabalhos, enquanto a área de logística contaria com 9,21%, 8,55% são da área de organização e 6,58% da área financeira. No demais, 4,61% encaixam-se da área de tecnologia, e as áreas de produção e de trabalhos não classificados detém 1,97%, cada.

Frente a essa realidade, reitera-se a importância de buscar a adequação do currículo de formação dos discentes com o contexto no qual atua atualmente, e mais

que isso, que essa consciência se reflita em ações. Assim, leva a refletir criticamente sobre o ensino em administração, pois questiona-se a respeito do sistema predominante, o profissional envolvido, as instituições e os órgãos regulamentadores. Diante disso, as instituições voltadas para o ensino em administração, aparecem como uma possibilidade para modificar essa realidade, mas, no entanto, observa-se agente de mudança neste contexto. Como tal, em julho do presente ano uma comissão do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação (CNE/MEC), após a realização de um amplo estudo, definiu novas Diretrizes Curriculares para o curso de bacharelado em Administração, onde o Conselho Federal de Administração propôs uma adequação das estruturas curriculares às demandas contemporâneas, justificada por uma nova visão de mercado de trabalho, levando-se em conta também a contextualização do curso nos níveis local, regional e global, emprego de ferramentas de gestão da aprendizagem, foco no desenvolvimento de competências, além da prática profissional obrigatória e supervisionada, unindo teoria e prática.

A discussão epistemológica passou muito tempo sem interessar a maioria dos produtores de conhecimentos da administração. Talvez por se tratar de uma ciência social aplicada, talvez por falta de um questionamento sistematizado sobre si mesma, a administração cresceu quase sem nenhum discurso sistematizado sobre si própria.

Enquanto isso, a epistemologia se transformava e ganhava uma nova configuração, dividindo-se em geral e específica. Essa última tentava responder à necessidade de tratar dos desdobramentos que o questionamento à ciência - fruto de uma época de turbulência no Ocidente, em meados do século passado - trazia para os atores da esfera científica. Assim, as epistemologias específicas se dirigiam às diversas ciências, mas a administração permanecia inerte neste sentido, mas firme na sua marcha de expansão.

A análise das perspectivas epistemológicas e teóricas das produções analisadas revela a concepção de administração assumida por esses pesquisadores. Mesmo assim, sugere-se que os pesquisadores da área atentem para a questão dos limites metodológicos entre as perspectivas epistemológicas e teóricas, clareando o percurso do seu estudo, enriquecendo as pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento.

Espera-se, com esse estudo, ter exposto de forma clara os aspectos básicos acerca da análise de conteúdo dos trabalhos de conclusão de curso e categorias funcionais de abordagem dos conteúdos. Estes são os aspectos fundamentais da classificação e categorização em análise de conteúdo clássica, construída manualmente. A análise de conteúdo é uma técnica vastamente utilizada nas ciências sociais que, quando feita corretamente, tem o potencial de revelar muitos aspectos sobre os objetos analisados.

Foi possível perceber, por meio da presente análise, que grande parte dos TCC's apresentam estudos epistemológico bem delineados e justificados considerando os critérios de validação científica, concepção de causalidade e concepção de ciência, independentemente das abordagens metodológicas utilizadas. Contudo, há, entre os 152 trabalhos analisados, trabalhos que não são possíveis categorizar, por não conterem assuntos relacionados à subárea propostas pelo Conselho Federal e no Projeto Pedagógico do curso. Para tanto, afim de sanar essa dificuldade encontrada durante a concepção deste trabalho, propõem-se neste estudo uma nova classificação das áreas contidas na administração para que seja possível realizar uma catalogação própria, aonde todos os assuntos abordados nos TCC's estejam compreendidos.

Por fim, sugere-se também que a Núcleo Docente Estruturante desconcentre algumas áreas com maior número de carga horária e que faça uma redistribuição das mesmas. No mais, percebe-se que é urgente que haja uma reformulação do PPC e reestruturação da grade curricular que atenda com o devido equilíbrio as áreas de concentração. Com isso, sugere-se a execução de estudos futuramente com a necessidade de ampliar a amostra de trabalhos investigados, fazendo a análise da qualidade de seus conteúdos para delinear uma agenda futura de pesquisa que sirvam de subsidio a escolha dos assuntos e temas de pesquisa dos estudantes de administração do ICSEZ/UFAM.

Referências bibliográficas

ANDRADE, R. O. B. de.; AMBRONI, N. **Gestão de cursos de administração: metodologias e diretrizes curriculares**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERTHELOT, J.-M. (org.) **Épistémologie des sciences sociales**. Paris: PUF, 2001.

BRABO, L. **Filosofia sistemática**. 2007. Disponível em: <www.filosofia.catolico.org.br>. Acesso em: 28/12/2019.

BRAGA, G. B.; OLHER, B. S.; REIS, F. N. C.; OLIVEIRA, A. R. de. **Análise da formação curricular dos cursos de administração oferecidos por instituições federais na zona da mata mineira à luz da resolução CNE/CES nº 4 - de 13 de julho de 2005**. RAD vol. 13, n. 3, set/out/nov/dez 2011, p. 56-68.

BRASIL. Ministério da educação. **Diretrizes curriculares dos cursos de administração. Resolução nº 4 de 13/07/2005**. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12991>>. Acesso em: 29/04/2020.

BRASIL. Ministério da educação. **Resolução n. 2, de 4 de outubro de 1993: fixa os mínimos de conteúdos e duração do curso de graduação em administração**. Brasília, 1993. Disponível em: <http://www.cfa.org.br/download/resn2_93.pdf>. Acesso em: 27/04/2020.

CFA. Conselho Federal de Administração. **Administração**. Disponível em: <<http://cfa.org.br/administracao-administracao/>> Acesso em: 11/06/2020.

CHAUI, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2002.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CRUZ, L. **Proposta de grade curricular para os cursos de graduação em administração: o caso da FAEB – UFSC**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.

GAMBOA, S. S. **Produção do conhecimento e formação de professores: debatendo as perspectivas epistemológicas.** São Paulo: Unicamp, 2009.

GIDDENS, A. **Sociologia.** 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOMES, L. P. **História e evolução da administração. Informativo mensal do CRA/CE, CRA em ação.** Ano 1. n. 07 - agosto/setembro de 2005. Disponível em: <<http://www.sobreadministracao.com/historia-e-evolucao-da-administracao/>> Acesso em: 22/02/2020.

JAPIASSU, H. **Introdução ao pensamento epistemológico.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia.** Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

KIRSHBAUM, C.; PORTO, E. C.; FERREIRA, F. C. M. Neo-institucionalismo na produção acadêmica em administração. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v.3, n. 1, art. 12, jan/jun, 2004.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, G. A. **Epistemologia da pesquisa em administração.** Tese (Livre docência), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

MASETTO, M. T. **Professor universitário: um profissional da educação na atividade docente.** In: MASETTO, M. T. (Org.). *Docência na universidade.* Campinas: Papirus, 1998.

MINTZBERG, H. **The nature of managerial work.** New York: Harper Collins Publishers, 1973.

NICOLINI, A. Qual será o futuro das fábricas de administradores? **Revista de Administração de Empresas**. Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 44-54, abr/mai/jun, 2003.

PINTO, N. G. M.; CONTE, B. P.; DA SILVA, R. A.; CORONEL, D. A. A discussão entre teoria e prática nas ciências administrativas: uma análise das dissertações do programa de pós-graduação em administração da Universidade Federal de Santa Maria. **Revista de Administração de Roraima**, v. 5, n. 2, p. 285, 2015.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade FEEVALE, 2013.

SANTOS, J. D. de S. **A produção do conhecimento em educação física: análise epistemológica das dissertações e teses dos programas de pós-graduação nas universidades públicas da região sul do Brasil (2000-2010)**. Universidade Estadual de Campinas. Tese (doutorado em Educação) - UNICAMP. Campinas, 2012.

SANTOS, O. F.; REDYSON, D. **A importância epistemológica da metodologia de pesquisa nas ciências sociais**. In: Anais do XI encontro de iniciação à docência. Paraíba: UFPB, 2008. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/anais/xenex_xienid/xi_enid/monitoriapet/anais/area4/4ccae dhmt01-p.pdf> Acesso em: 10/01/2020.

SERVA, M. **O surgimento e o desenvolvimento da epistemologia da administração - inferências sobre a contribuição ao aperfeiçoamento da teoria administrativa**. XXXVI EnANPAD. 2013. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_EOR2420.pdf> Acesso em: 10/02/2020.

SEVERINO, A. J. **Filosofia da educação: o desafio de pensar a educação nos países e comunidades lusófonas**. In: SEVERINO, A. J.; LORIERI, M. A.; ALMEIDA, C. R. S. de. (Org.). **Perspectivas da filosofia da educação**. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

SOUZA, D. L.; FERRUGINI, L.; ZAMBALDE, A. L. Formação do administrador: uma análise sobre o desenvolvimento de competências no ensino superior. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, v. 10, n. 1, 2017.

TASCHETTO, R. E. S. **A história da administração no Brasil**. Administração UNIDERP. 25 de julho de 2009. Disponível em:

<<https://administradores.com.br/artigos/a-historia-da-administracao-no-brasil>>
Acesso em: 08/01/2020.

UFAM. **Projeto pedagógico do curso de administração.** Parintins/AM, 2010.

VERGARA, S. C.; CARVALHO JR., D. S. Nacionalidade dos autores referenciados na literatura brasileira sobre organizações. **Revista Brasileira de Administração Contemporânea.** Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, p. 169-188, 1995.

ANEXO 1 - Composição dos eixos do currículo de formação do curso de administração demonstrados no Projeto Pedagógico do Curso.

Resolução CNE/CES N.º 4, de 13 de julho de 2005.	DISCIPLINAS	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
I. Conteúdos de Formação Básica	Português Instrumental	4.4.0	60
	Introdução à Filosofia	4.4.0	60
	Introdução à Antropologia	4.4.0	60
	Psicologia Geral	4.4.0	60
	Sociologia Geral	4.4.0	60
	Elementos de Contabilidade	4.4.0	60
	Introdução à Economia	4.4.0	60
	Economia Brasileira Contemporânea	4.4.0	60
	Instituições de Direito Público e Privado	4.4.0	60
	Metodologia do Estudo e da Pesquisa	4.4.0	60
	Direito do Trabalho	4.4.0	60
	Ciências Políticas	4.4.0	60
	Ciência da Computação	4.4.0	60
	Legislação Tributária	4.4.0	60
	Ética e Valores Organizacionais	4.4.0	60
	SUB-TOTAL	60	900

Resolução CNE/CES N.º 4, de 13 de julho de 2005.	DISCIPLINAS	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
II. Conteúdos de Formação Profissional	Teoria Geral da Administração I	4.4.0	60
	Teoria Geral da Administração II	4.4.0	60
	Administração Financeira I	4.4.0	60
	Administração Financeira II	4.4.0	60
	Administração Ambiental	4.4.0	60
	Estrutura e Modelos Organizacionais	4.4.0	60
	Processos Organizacionais	4.4.0	60
	Administração de Recursos Humanos I	4.4.0	60
	Administração de Recursos Humanos II	4.4.0	60
	Administração de Serviços	4.4.0	60
	Administração da Produção	4.4.0	60
	Administração Mercadológica	4.4.0	60
	Administração Pública	4.4.0	60
	Logística e Gestão de Materiais	4.4.0	60
	Gestão de Custos	4.4.0	60
	Gestão da Informação	4.4.0	60
	Gestão Organizacional	4.4.0	60
	Gestão de Organizações do Terceiro Setor	4.4.0	60
	Empreendedorismo	4.4.0	60
		SUB-TOTAL	76

Resolução CNE/CES N.º 4, de 13 de julho de 2005	DISCIPLINAS	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
III. Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias	Métodos Quantitativos Financeiros	4.4.0	60
	Estatística Aplicada a Administração	4.4.0	60
		SUBTOTAL	08

Resolução CNE/CES N.º 4, de 13 de julho de 2005	DISCIPLINAS	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
IV. Conteúdos de Formação Complementar	Desenvolvimento e Gestão de Projetos	4.4.0	60
	Inovação Organizacional	4.4.0	60
	Gestão do Comércio Internacional	4.4.0	60
		SUBTOTAL	12

Resolução CNE/CES N.º 4, de 13 de julho de 2005.	DISCIPLINAS	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
V. Conteúdos de Formação Complementar (Optativas)	Estratégia Organizacional	4.4.0	60
	Gestão de Cidades	4.4.0	60
	Administração de Turismo e Hotelaria	4.4.0	60
	Direito Administrativo	4.4.0	60
	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	4.4.0	60
OBS: O aluno deverá cursar o mínimo de 16 créditos correspondentes a 240h horas aula.			
	Estágio Supervisionado I	2.2.0	30
	Estágio Supervisionado II	18.0.0	270
	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	2.2.0	30
	SUBTOTAL	22	330
	Atividades Complementares	-	120
	TOTAL GERAL	194	3.030

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso de Administração (2010).

ANEXO 2 - Áreas da administração indicadas pelo Conselho Federal de Administração.

	Área
1.	Administração e seleção de pessoal/recursos humanos
2.	Organização e métodos/análise de sistemas
3.	Orçamento
4.	Administração de material/logística
5.	Administração financeira
6.	Administração mercadológica/marketing
7.	Administração de produção
8.	Desdobramentos ou conexos

Fonte: Conselho Federal de Administração (2020).

ANEXO 3 - Proposta de uma nova divisão para as áreas da administração.

	Área de concentração	Sub-áreas
1	Recursos humanos	Análise de desempenho Capital intelectual Cargos e salários Controle de pessoal Coordenação de pessoal Desenvolvimento de pessoal Gestão de recursos humanos Recrutamento Seleção Treinamento
2	Organização	Ambiente organizacional Assessoria empresarial Clima e cultura organizacional Consultoria administrativa Gerência administrativa e de projetos Gerência do relacionamento com o cliente Gestão de empresa familiar Modelos organizacionais Organização administrativa Planejamento estratégico Projetos administrativos
3	Logística	Administração de estoque Canais de distribuição Logística reversa
4	Financeira	Análise financeira Controladoria Controle de custos Finanças e orçamentos Gestão financeira Projetos financeiros
5	Marketing	Estudos de mercado Marketing

		<p>Mercado e marketing</p> <p>Pesquisa de desenvolvimento de produto</p> <p>Pesquisa de mercado</p> <p>Serviços</p>
6	Produção	<p>Análise de processos</p> <p>Controle de produção</p> <p>Gestão de processos</p> <p>Planejamento de produção</p>
7	Empreendedorismo	<p>Criação de novas empresas</p> <p>Elaboração de plano de negócios</p>
8	Tecnologia	<p>Gestão de informações</p> <p>Sistemas de informações</p> <p>Smart cities</p> <p>Tecnologia da informação</p> <p>Tecnologia e inovação</p>
9	Gestão	<p>Administração de comércio exterior</p> <p>Administração de cooperativas</p> <p>Administração hospitalar</p> <p>Administração pública</p> <p>Administração rural</p> <p>Gestão ambiental</p> <p>Gestão de marcas</p> <p>Gestão de projetos</p> <p>Gestão pública</p>
10	Desdobramentos	<p>As mulheres e o mercado de trabalho</p> <p>Desenvolvimento regional</p> <p>Economia criativa</p> <p>Responsabilidade social e terceiro setor</p> <p>Turismo e administração hoteleira</p>

Fonte: Elaboração do autor, 2020.